

O FIO INDIVISÍVEL DA EDUCAÇÃO

ROGÉRIO GONÇALVES revela como a união entre Educação em Direitos Humanos, Educomunicação e Gestão Democrática contribui para a melhoria do ensino público no município de São Paulo.

MUITO ALÉM DAS PÁGINAS



MULHERES
BIOGRAFIAS
QUE INSPIRAM



Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/2675-2573.rpe.64>

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial (Angola):

Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Dr. Adelfson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Edson da Conceição Graça (Angola)
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Prof. Me. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo
Prof. Me. Wilder Dala Quinjango (Angola)

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Prof. Dr. Adelfson Batista Lins
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Prof. Dr. Isac Chateaneuf
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. José Wilton dos Santos
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Web-edição:

T.I. Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuefrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 7, n. 64 (abr. 2026). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2026. 222 p. : il. color

Bibliografia

Publicação contínua desde 2020.

Bimestral

e-ISSN 2675-2573

Disponível apenas online.

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI: <https://doi.org/10.52078/2673-2573.rpe.64>

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:



São Paulo | 2026

Publicada no Brasil por:

Livro Alternativo
www.livroalternativo.com.br

CNPJ: 28.657.494/0001-09

05 EDITORIAL

Antonio R P Medrado

06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac Chateaneuf

07 Sobre filas, silêncios e aprendizados invisíveis

Mirella Clerici

08 Ciência, Tecnologia & Sociedade

Adeilson Batista Lins

14 POIESIS

J. Wilton

16 O FIO INDIVISÍVEL DA EDUCAÇÃO - Rogério Gonçalves

J. Wilton e Cleia Teixeira



ARTIGOS

1. A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO <i>Adriana Silva de Santana Barros</i>	25
2. CONHECIMENTO DOS MORADORES DO ZANGO III SOBRE O USO DE MEDICAMENTOS PARA O TRATAMENTO DA OXIÚROS NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2025 <i>Aldair de Jesus Adão / Calunda dos Santos Jorge</i>	31
3. DESAFIOS, AVANÇOS E CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO VERDADEIRAMENTE INCLUSIVA <i>Ana Cristina Ogando Gomez de Carvalho</i>	36
4. O ENSINO DE HISTÓRIA E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA PÚBLICA <i>Ana Elisa Bagó de Oliveira</i>	42
5. ENTRE O BRINCAR E O APRENDER: AS METODOLOGIAS ATIVAS COMO POSSIBILIDADE PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Carina Fardim Soares</i>	52
6. PLURALIDADE DA INTELIGÊNCIA E INCLUSÃO ESCOLAR: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E IMPLICAÇÕES JURÍDICO-EDUCACIONAIS <i>Claudiene Alves da Silva</i>	61
7. O PAPEL DO PROFESSOR MEDIADOR NA FORMAÇÃO DO LEITOR CRÍTICO <i>Denise Teixeira Santos Menezes</i>	68
8. RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: IDENTIDADES E SUBJETIVIDADES NA INFÂNCIA <i>Diego Agostinho Dynczki</i>	75
9. TECNOLOGIA, INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Edna Farias Cordeiro</i>	85
10. A IMPORTÂNCIA DA GEOGRAFIA PARA A SOCIEDADE <i>Emanuel Ramos Barra</i>	90
11. A HUMANIZAÇÃO NOS SERVIÇOS DE PSICOLOGIA: ESTUDO DE CASO NO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO DE LUANDA <i>Esmael Joaquim Machado</i>	95
12. DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM E DA IMAGINAÇÃO ATRAVÉS DA NARRATIVA ORAL <i>Flávia de Fatima Seraphim Ribeiro</i>	100
13. GESTÃO DA CARREIRA NO INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DE LUANDA E NO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO TOCOÍSTA <i>Guilherme Mateus Moma</i>	106
14. GESTÃO DE RESÍDUOS HOSPITALARES EM ANGOLA: CASO DE ESTUDO "HOSPITAL PEDIÁTRICO DAVID BERNARDINO" <i>João Francisco Marcelino</i>	114
15. A POSSIBILIDADE DAS ARTES, DOS BRINQUEDOS E DAS BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Joice Botelho Silva</i>	120
16. IMPLICAÇÕES DO SISTEMA POLÍTICO NO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO LOCAL NO MUNICÍPIO DE BOLONGONGO (CUANZA NORTE, ANGOLA, 2002-2026) <i>José Manuel dos Santos</i>	126
17. LINGUAGENS DAS INFÂNCIAS: ESCUTA, INVESTIGAÇÃO E DESCOBERTAS <i>Lilian Silvana Minho Zanetta</i>	133
18. A MUSICALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO, LINGUAGEM E INCLUSÃO <i>Luciana Cardoso de Souza</i>	140
19. A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA E O MATERIAL DIDÁTICO NO ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO ESPACIAL CRÍTICO <i>Luciane de Jesus Mineiro de Lima</i>	144
20. O BRINCAR COMO EIXO DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Lusilene da Rocha Alves</i>	153
21. A CONFISSÃO COMO EFEITO DA REVELIA FACE A NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA À LUZ DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ANGOLANO <i>Manuel Dungula Samaia Chivinga</i>	158
22. BAIXA ADEÇÃO AO APOIO PSICOLÓGICO NO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE OLINDA RODRIGUES <i>Manuel Paulo Chamorro</i>	167
23. A CULTURA DA LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MEDIAÇÃO, EXPERIÊNCIA E FORMAÇÃO LEITORA <i>Marcilene Belisse Pazos</i>	175
24. A IMPORTÂNCIA DAS ROTINAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA E DOS HÁBITOS DE APRENDIZAGEM <i>Maria de Lourdes Ferreira da Silva</i>	178
25. EFEITOS DA PRIVAÇÃO DO SONO NOTURNO SOBRE O RENDIMENTO ACADÊMICO DE UNIVERSITÁRIOS <i>Mario Adelino Miranda Guedes</i>	183
26. BRINQUEDOS, CORPOS E EXPECTATIVAS: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Mirella Clerici</i>	188
27. SAÚDE MENTAL DE JOVENS NA CONTEMPORANEIDADE: DESAFIOS PSICOSSOCIAIS E IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO <i>Moizes Antonio dos Santos</i>	199
28. A INTEGRAÇÃO ENTRE AS TECNOLOGIAS E O LETRAMENTO <i>Orlaneide Ferreira Santos Diamante</i>	212
29. FAMÍLIA E ESCOLA COMO CONTEXTOS COMPLEMENTARES NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Renato Souza de Oliveira Carvalho</i>	217

**ESTA REVISTA É MANTIDA E FINANCIADA POR PROFESSORAS E PROFESSORES.
SUA DISTRIBUIÇÃO É, E SEMPRE SERÁ, LIVRE E GRATUITA.**

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial idealizado pela **Edições Livro Alternativo** com o objetivo de **empoderar e inspirar educadores** na jornada de compartilhar suas pesquisas, estudos, experiências e relatos de vivências.

UM CORPO EDITORIAL DE EXCELÊNCIA:

Nossa equipe conta com especialistas, mestres e doutores(as), todos com vasta experiência na rede pública de ensino, além de profissionais experientes nas áreas do livro e da tecnologia da informação. Essa expertise garante a qualidade e o rigor científico das publicações da revista.

INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA:

Um dos nossos diferenciais é a total independência, viabilizada pelo **financiamento colaborativo de professores e professoras**. Essa autonomia nos permite defender a liberdade de expressão e a diversidade de ideias, priorizando a qualidade dos conteúdos e o impacto positivo na educação.

PROPÓSITOS QUE IMPULSIONAM A TRANSFORMAÇÃO:

- **Promover o debate** crítico e reflexivo sobre os diversos aspectos da educação, com base nas vivências, pesquisas, estudos e experiências dos profissionais da área;
- **Proporcionar a publicação** de livros, artigos e ensaios que contribuam para o aprimoramento da educação e o desenvolvimento profissional dos educadores;
- **Apoiar a publicação** de obras de autores independentes, democratizando o acesso à informação e promovendo a diversidade de vozes;
- **Incentivar o uso de softwares livres** na produção de materiais didáticos e na difusão do conhecimento, promovendo a inclusão digital e a redução de custos;
- **Fomentar a produção de livros** por professores e autores independentes, reconhecendo e valorizando a experiência e o saber dos profissionais da educação;

PRINCÍPIOS QUE GUIAM A NOSSA ATUAÇÃO:

- **Priorizar trabalhos voltados para a educação**, cultura e produções independentes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática;
- **Utilizar exclusivamente softwares livres** na produção de livros, revistas e materiais de divulgação, promovendo a transparência, a colaboração e a acessibilidade;
- **Incentivar a produção de obras coletivas** por profissionais da educação, fomentando a colaboração e o compartilhamento de conhecimentos;
- **Publicar e divulgar livros de professores** e autores independentes, valorizando a diversidade de vozes e perspectivas na educação;
- **Respeitar a liberdade e autonomia** dos autores, garantindo a originalidade e a autenticidade das obras publicadas;
- **Combater o despotismo, o preconceito e a superstição**, defendendo os valores da democracia, da tolerância e do respeito à diversidade;
- **Promover a diversidade e a inclusão**, valorizando as diferentes culturas, identidades e experiências presentes na comunidade educacional.

A REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO é um movimento pela transformação da educação, um espaço para a colaboração, o aprendizado e a inovação.

Junte-se a nós e faça parte da construção de um futuro mais promissor para a educação!

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS



Indexadores:



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Platform & workflow by OJS / PKP



DESAFIOS, AVANÇOS E CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO VERDADEIRAMENTE INCLUSIVA

Ana Cristina Ogando Gomez de Carvalho¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discutir os fundamentos legais e teóricos da inclusão de alunos com TEA na escola regular brasileira, identificar os principais obstáculos presentes no cotidiano escolar e sistematizar estratégias pedagógicas e institucionais com respaldo científico para a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva. Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica qualitativa, desenvolvido a partir da análise crítica da literatura nacional e internacional sobre educação especial, inclusão escolar e Transtorno do Espectro Autista, publicada entre 2015 e 2025, consultada nas bases de dados SciELO, Google Acadêmico e BDTD, bem como na legislação brasileira vigente sobre o tema. No que diz respeito ao marco normativo, o artigo examina a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), evidenciando que, embora o Brasil disponha de um robusto arcabouço legal para a inclusão, a efetivação desses direitos ainda enfrenta obstáculos estruturais e culturais significativos. Entre os principais desafios identificados destacam-se: a insuficiência da formação inicial e continuada dos professores para o trabalho com alunos com TEA; a precariedade de infraestrutura e recursos em muitas escolas públicas, incluindo a limitada oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e tecnologias assistivas; e as dificuldades na construção de uma parceria efetiva entre escola e família. No campo das práticas pedagógicas, o artigo analisa abordagens com evidências científicas consolidadas, como o modelo TEACCH, a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), o sistema PECS, os princípios da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) e os programas de treinamento de habilidades sociais, discutindo sua aplicabilidade no contexto da sala de aula inclusiva. Discute-se ainda o papel indispensável da gestão escolar na construção de um Projeto Político-Pedagógico (PPP) efetivamente comprometido com a diversidade, bem como a contribuição do movimento pela neurodiversidade para a reorientação ética das práticas educativas. Conclui-se que a inclusão escolar de alunos com TEA demanda investimento simultâneo em formação docente, infraestrutura, articulação intersetorial e transformação cultural, sendo a escola um espaço privilegiado para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e respeitosa das diferenças humanas.

Palavras-chave: Acessibilidade. AEE. Escola. Inclusão. TEA. Transtorno Espectro Autista. Políticas públicas educacionais.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) constitui um dos desafios

centrais da educação contemporânea, situando-se na intersecção entre direitos humanos, políticas públicas e práticas pedagógicas.

¹ Graduada em Pedagogia pela Faculdade Centro Universitário Salesiano, UNISAL. Professora de Educação Infantil, PEI na Prefeitura Municipal de São Paulo, SME, PMSP.

O autismo é definido no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) como um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por déficits persistentes na comunicação e interação social, além de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 53, apud edição brasileira). O espectro é amplo: há pessoas com TEA que apresentam habilidades intelectuais elevadas e outras que necessitam de suporte intensivo ao longo de toda a vida.

No Brasil, estima-se que existam mais de dois milhões de pessoas com autismo, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Desse total, uma parcela significativa está em idade escolar, o que coloca a instituição educacional no centro do debate sobre direitos, acessibilidade e qualidade de vida. A escola não é apenas um espaço de transmissão de conteúdos: ela é, sobretudo, um ambiente de socialização, desenvolvimento e construção de identidade.

A inclusão escolar de crianças e jovens com Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um dos temas mais relevantes e urgentes da educação contemporânea. Nas últimas décadas, avanços científicos, legislativos e pedagógicos transformaram profundamente a maneira como a sociedade compreende o autismo e o papel da escola na vida dessas pessoas. No entanto, entre os avanços normativos e a realidade vivida nas salas de aula, ainda existe uma distância considerável que precisa ser reconhecida, debatida e superada.

Este artigo busca discutir as bases teóricas e legais da inclusão escolar de alunos com TEA, analisar os desafios ainda presentes no cotidiano das escolas brasileiras e apontar práticas pedagógicas e estratégias institucionais que têm demonstrado eficácia para promover uma educação verdadeiramente inclusiva. Para tanto, apoia-se em referências da literatura científica nacional e internacional, bem como na legislação vigente.

2. METODOLOGIA

O presente artigo configura-se como uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa. Foram consultadas obras e artigos científicos publicados entre

2015 e 2025, com exceção de documentos legais, marcos normativos internacionais e obras clássicas de referência indispensáveis à compreensão histórica e teórica do tema, independentemente do ano de publicação. A busca bibliográfica foi realizada nas seguintes bases de dados e repositórios: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Acadêmico, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Portal de Periódicos da CAPES.

Os descritores utilizados nas buscas foram, isolados e combinados: "transtorno do espectro autista", "autismo", "inclusão escolar", "educação especial", "práticas pedagógicas inclusivas", "TEA e escola", além de seus equivalentes em inglês ("autism spectrum disorder", "inclusive education", "applied behavior analysis"). Foram adotados como critérios de inclusão: obras diretamente relacionadas à temática da inclusão escolar de pessoas com TEA, publicadas em português, inglês ou espanhol, com acesso integral ao texto. Foram excluídos trabalhos que abordavam exclusivamente intervenções clínicas sem interface com o contexto educacional, bem como resumos de congresso sem artigo completo disponível.

A análise do material seguiu a abordagem da revisão narrativa, com ênfase na identificação de convergências, lacunas e avanços na literatura sobre inclusão escolar de alunos com TEA. Foram também analisados documentos legais brasileiros pertinentes ao tema, como a Constituição Federal de 1988, a LDB (Lei nº 9.394/1996), a Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).

3. BASES LEGAIS E HISTÓRICAS DA INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL

O direito à educação inclusiva no Brasil tem raízes em marcos internacionais e nacionais consolidados ao longo das últimas três décadas. A Declaração de Salamanca, aprovada em 1994 pela UNESCO, representou um ponto de virada ao afirmar que todos os sistemas educacionais devem ser desenhados para atender à diversidade dos estudantes, reconhecendo o direito fundamental de todas as crianças à educação (UNESCO, 1994, p. 8). Esse documento influenciou diretamente as políticas educacionais brasileiras subsequentes.

No âmbito nacional, a Constituição Federal de 1988 já estabelecia, em seu artigo 208, o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, reafirmou esse princípio, dedicando um capítulo inteiro à educação especial e estabelecendo que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades (BRASIL, 1996).

Um avanço decisivo para os alunos com autismo foi a promulgação da Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana ou Lei do Autismo, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Essa lei garantiu, entre outros direitos, o acesso à educação, ao diagnóstico precoce e ao atendimento multiprofissional. Além disso, assegurou que a pessoa com TEA não seria impedida de frequentar a escola regular por conta do transtorno (BRASIL, 2012).

Posteriormente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), Lei nº 13.146/2015, reforçou o direito à educação inclusiva em todos os níveis e vedou expressamente a cobrança de valores adicionais pelas escolas privadas para o atendimento de alunos com deficiência. A LBI também prevê a disponibilização de profissionais de apoio escolar quando necessário (BRASIL, 2015). Esse conjunto normativo fornece uma base sólida para a inclusão — mas, como se verá a seguir, a legislação, por si só, não transforma a realidade das salas de aula.

4. DESAFIOS DA INCLUSÃO NO COTIDIANO ESCOLAR

4.1 FORMAÇÃO DOCENTE INSUFICIENTE

Um dos maiores obstáculos à inclusão efetiva de alunos com TEA é a insuficiência na formação dos professores. Pesquisas indicam que a maioria dos docentes no Brasil não recebeu, em sua formação inicial, conteúdos suficientes sobre educação especial e inclusiva (GLAT; PLETSCH, 2011, p. 47). Diante de um aluno com autismo em sala de aula, muitos professores relatam sentimentos de despreparo,

ansiedade e impotência, o que compromete tanto a qualidade do ensino quanto o bem-estar do estudante.

Gomes e Mendes (2010, p. 382) apontam que professores que receberam formação continuada específica sobre TEA apresentaram práticas mais adequadas e maior confiança no trabalho com esses alunos. O investimento em formação docente — tanto inicial quanto continuada — é, portanto, condição indispensável para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva. Não basta inserir a criança com autismo em uma sala regular: é preciso que o professor saiba como mediar a aprendizagem, adaptar conteúdos e construir vínculos de confiança.

4.2 INFRAESTRUTURA E RECURSOS

Além da formação humana, a inclusão exige recursos materiais e estruturais adequados. Muitas escolas brasileiras carecem de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) devidamente equipadas, profissionais de apoio suficientes, materiais pedagógicos adaptados e tecnologias assistivas. O Atendimento Educacional Especializado (AEE), previsto pelo Decreto nº 7.611/2011, deve ser oferecido preferencialmente no contraturno, mas essa realidade ainda está longe de ser universal, especialmente nas redes municipais de pequenos municípios (MENDES, 2010, p. 101).

A tecnologia assistiva tem se mostrado uma aliada importante. Aplicativos de comunicação aumentativa e alternativa (CAA), tablets com softwares especializados, pranchetas de comunicação pictográfica e ambientes sensorialmente adaptados contribuem significativamente para a participação ativa de alunos com TEA. Bersch (2017, p. 2) define tecnologia assistiva como um conjunto de recursos e serviços que visa ampliar as habilidades funcionais das pessoas com deficiência, promovendo autonomia, independência e inclusão social.

4.3 RELAÇÃO COM FAMÍLIAS E COMUNIDADE ESCOLAR

A inclusão escolar não é responsabilidade exclusiva do professor ou da coordenação pedagógica — ela é um projeto coletivo que envolve toda a comunidade escolar, incluindo as famílias. Pais e mães de alunos com TEA frequentemente relatam

dificuldades na comunicação com as escolas, falta de transparência sobre o que acontece em sala de aula e sensação de que seus filhos não são verdadeiramente acolhidos (SCHMIDT et al., 2016, p. 78).

Por outro lado, famílias bem informadas e engajadas tornam-se parceiras fundamentais do processo educativo. O compartilhamento de estratégias entre escola e família — como rotinas visuais, antecipação de mudanças e reforço positivo — tende a produzir resultados mais consistentes para o aluno. A constituição de redes de apoio entre famílias, com mediação da escola, também tem demonstrado impacto positivo no bem-estar emocional dos cuidadores (BOSA, 2006, p. s50).

5. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA ALUNOS COM TEA

5.1 ESTRUTURAÇÃO DO AMBIENTE E ROTINAS VISUAIS

A previsibilidade é um elemento central na organização do ambiente para alunos com TEA. A utilização de rotinas visuais — como quadros de sequência de atividades com pictogramas ou fotografias — ajuda o aluno a compreender o que acontecerá ao longo do dia, reduzindo a ansiedade decorrente da imprevisibilidade. O modelo TEACCH (Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handicapped Children), desenvolvido por Schopler e colaboradores na Universidade da Carolina do Norte, é uma referência amplamente utilizada nessa perspectiva, propondo a organização física e temporal do ambiente como estratégia central de ensino (MESIBOV; SHEA; SCHOPLER, 2005, p. 21).

5.2 COMUNICAÇÃO AUMENTATIVA E ALTERNATIVA (CAA)

Muitos alunos com TEA apresentam dificuldades na comunicação verbal. Para esses estudantes, a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) representa uma ferramenta essencial de acesso ao currículo e à interação social. O sistema PECS (Picture Exchange Communication System), desenvolvido por Frost e Bondy (1994), ensina o aluno a trocar figuras como forma de comunicação funcional, com resultados documentados tanto no desenvolvimento da linguagem quanto na redução de comportamentos desafiadores.

A implementação da CAA na escola regular requer capacitação dos professores e, em muitos casos, a atuação conjunta com fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais. A integração entre os profissionais da saúde e da educação — o chamado trabalho transdisciplinar — é apontada por Walter e Nunes (2012, p. 152) como um dos pilares do sucesso da inclusão de alunos com TEA nas escolas brasileiras.

5.3 ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA (ABA) NO CONTEXTO ESCOLAR

A Análise do Comportamento Aplicada (ABA — Applied Behavior Analysis) é uma das abordagens com maior respaldo científico para o desenvolvimento de habilidades em pessoas com TEA. Com base nos princípios do comportamentalismo, a ABA utiliza reforço positivo, encadeamento de comportamentos e análise funcional para ensinar habilidades acadêmicas, sociais e de autocuidado. Cooper, Heron e Heward (2020, p. 3) descrevem a ABA como uma ciência aplicada que busca melhorar comportamentos socialmente significativos por meio de intervenções baseadas em evidências.

No contexto escolar, princípios da ABA podem ser aplicados por professores e profissionais de apoio de forma ética e colaborativa. A adoção de sistemas de reforço, a decomposição de tarefas em etapas menores e o uso de dicas graduadas são estratégias acessíveis que podem ser incorporadas na rotina da sala de aula inclusiva sem necessidade de sessões clínicas individuais intensivas.

5.4 HABILIDADES SOCIAIS E APRENDIZAGEM ENTRE PARES

A escola regular oferece uma oportunidade única para o desenvolvimento de habilidades sociais em alunos com TEA: a convivência diária com pares neurotípicos. Programas estruturados de mediação de interações sociais — como os grupos de Treinamento de Habilidades Sociais (Social Skills Training) — têm demonstrado eficácia na melhora da qualidade das interações e na redução do isolamento social (WHITAKER, 2004, p. 118).

Estratégias como o apoio de pares (peer support), tutoria entre alunos e trabalhos cooperativos bem mediados não apenas beneficiam o aluno com TEA, mas também promovem nos demais estudantes

valores como empatia, respeito à diversidade e colaboração. A inclusão, quando bem conduzida, enriquece o ambiente escolar para todos os envolvidos.

6. O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR E DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

A inclusão não acontece apenas na sala de aula — ela precisa ser um projeto institucional, inscrito no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola e assumido por toda a equipe gestora. Mantoan (2003, p. 16) defende que a escola inclusiva é aquela que reconhece as diferenças entre os alunos, adapta seus processos e estruturas para atender à diversidade, e compreende que a heterogeneidade não é um problema a ser resolvido, mas uma riqueza a ser explorada pedagogicamente.

Gestores escolares comprometidos com a inclusão criam condições institucionais para que ela aconteça: garantem tempo para planejamento coletivo, articulam parcerias com serviços de saúde e assistência social, promovem a formação continuada da equipe, estabelecem canais de comunicação efetivos com as famílias e monitoram os indicadores de participação e aprendizagem dos alunos com TEA. A liderança pedagógica inclusiva é, portanto, um fator determinante para o sucesso da inclusão.

Outro aspecto fundamental é a construção de um clima escolar acolhedor, em que o bullying e a exclusão sejam ativamente combatidos. Alunos com TEA são especialmente vulneráveis ao bullying escolar, devido às suas diferenças na comunicação e interação social. Políticas de convivência claras, trabalho sistemático com a turma sobre diversidade e o papel ativo dos professores como mediadores de conflitos são medidas essenciais nesse sentido (LOPES NETO, 2005, p. s168).

7. PERSPECTIVAS ATUAIS E CAMINHOS PARA O FUTURO

Nos últimos anos, o debate sobre a inclusão de pessoas com TEA ganhou novos contornos com a crescente participação dos próprios autistas nos espaços de discussão sobre políticas públicas, educação e pesquisa. O movimento pela neurodiversidade propõe que o autismo seja compreendido não como uma doença a ser curada, mas como uma forma diferente de funcionamento neurológico que merece respeito e

acomodação (ARMSTRONG, 2010, p. 18). Essa perspectiva tem ampliado significativamente o horizonte ético e pedagógico das práticas inclusivas.

Em vez de focar exclusivamente na normalização do comportamento do aluno com TEA, a escola inclusiva sob a ótica da neurodiversidade busca criar ambientes que permitam ao estudante aprender, participar e se desenvolver a partir de suas próprias formas de processamento do mundo. Isso não significa abrir mão de intervenções — significa reorientar seus objetivos para a autonomia, a qualidade de vida e o protagonismo do aluno.

No campo tecnológico, as inovações continuam a abrir novas possibilidades para a educação de alunos com TEA. Ferramentas de inteligência artificial, aplicativos de realidade aumentada e plataformas de aprendizagem personalizada são estudadas como recursos complementares que podem ampliar o acesso ao currículo. Contudo, é fundamental que a adoção dessas tecnologias seja acompanhada de formação docente e de avaliação cuidadosa de sua pertinência para cada aluno individualmente.

Em termos de políticas públicas, o Brasil ainda precisa avançar em aspectos como a ampliação do AEE para todas as escolas públicas, o aumento do número de profissionais de apoio, a melhoria dos sistemas de identificação precoce do TEA e a garantia de continuidade do processo inclusivo ao longo de toda a trajetória escolar, incluindo o ensino médio e a educação profissional. A implementação plena da Lei do Autismo e do Estatuto da Pessoa com Deficiência permanece como um horizonte a ser perseguido com determinação política e investimento adequado.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista na escola regular não é apenas uma obrigação legal — é um imperativo ético e uma oportunidade de transformação social. Quando a escola acolhe verdadeiramente a diversidade, ela forma não apenas alunos mais preparados para a vida acadêmica, mas cidadãos mais empáticos, solidários e capazes de construir uma sociedade mais justa.

Os desafios são reais e não devem ser minimizados: a formação docente insuficiente, a falta de recursos, as barreiras atitudinais e a ausência de

articulação entre saúde e educação ainda comprometem a qualidade da inclusão em muitas escolas brasileiras. Mas os avanços também são concretos — na legislação, nas pesquisas, nas práticas pedagógicas e, acima de tudo, nos resultados alcançados por alunos com TEA que, amparados por profissionais comprometidos e ambientes acolhedores, demonstram capacidades que frequentemente surpreendem até os mais céticos.

O caminho para a educação inclusiva plena exige investimento continuado em formação, infraestrutura e articulação institucional. Exige também uma mudança cultural profunda: a superação da lógica da homogeneidade — que durante muito tempo definiu o modelo escolar — em favor de uma pedagogia da diversidade, capaz de reconhecer que cada aluno aprende de forma singular e que o papel da escola é criar as condições para que todos possam aprender, crescer e participar.

Como afirma Mantoan (2003, p. 24), a inclusão "é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas". Esse esforço vale a pena — e é urgente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais — DSM-5**. 5. ed. Tradução de Maria Inês Corrêa Nascimento et al. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- ARMSTRONG, T. **Neurodiversidade**: descobrindo os dons extraordinários do autismo, TDAH, dislexia e outras diferenças cerebrais. São Paulo: M. Books, 2010.
- BERSCH, R. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre: CEDI, 2017. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 10 mar. 2025.
- BOSA, C. A. Autismo: intervenções psicoeducacionais. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 28, supl. 1, p. s47-s53, maio 2006.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. **Lei nº 12.764**, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2012.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015.
- BRASIL. **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011.
- COOPER, J. O.; HERON, T. E.; HEWARD, W. L. **Applied Behavior Analysis**. 3. ed. Hoboken: Pearson, 2020.
- FROST, L.; BONDY, A. **The Picture Exchange Communication System Training Manual**. 2. ed. Cherry Hill: Pyramid Educational Products, 1994.
- GLAT, R.; PLETSCH, M. D. **Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- GOMES, C. G. S.; MENDES, E. G. Escolarização inclusiva de alunos com autismo na rede municipal de ensino de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 16, n. 3, p. 375-396, set./dez. 2010.
- IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pessoas com deficiência no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em: 15 fev. 2025.
- LOPES NETO, A. A. Bullying: comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 81, n. 5, supl., p. s164-s172, nov. 2005.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- MENDES, E. G. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, Medellín, v. 22, n. 57, p. 93-109, maio/ago. 2010.
- MESIBOV, G. B.; SHEA, V.; SCHOPLER, E. **The TEACCH Approach to Autism Spectrum Disorders**. New York: Springer, 2005.
- SCHMIDT, C. et al. **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. Campinas: Papirus, 2016.
- UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098427_por. Acesso em: 5 jan. 2025.
- WALTER, C. C. F.; NUNES, D. R. P. Comunicação alternativa para pessoas com autismo: estudos e perspectivas. In: SCHMIDT, C. (Org.). **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. Campinas: Papirus, 2012. p. 145-170.
- WHITAKER, P. Provision for youngsters with autistic spectrum disorders in mainstream schools: what parents say and what parents want. **British Journal of Special Education**, v. 31, n. 3, p. 115-122, 2004.



5 Anos.
uma essên

www.primeiraevolucao.com.br



O FIO INDIVISÍVEL DA EDUCAÇÃO

ROGÉRIO GONÇALVES revela como a união entre Educação em Direitos Humanos, Educomunicação e Gestão Democrática contribui para a melhoria do ensino público no município de São Paulo.



MUITO ALÉM DAS PÁGINAS



www.primeiraevolucao.com.br



<https://doi.org/10.52078/2675-2573.rpe.64>



COORDENAÇÃO:

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Esp. Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

- Adriana Silva de Santana Barros
- Aldair de Jesus Adão e Calunda dos Santos Jorge
- Ana Cristina Ogando Gomez de Carvalho
- Ana Elisa Bagi de Oliveira
- Carina Fardim Soares
- Claudiene Alves da Silva
- Denise Teixeira Santos Menezes
- Diego Agostinho Dynczuki
- Edna Farias Cordeiro
- Emanuel Ramos Barra
- Esmael Joaquim Machado
- Flávia de Fatima Seraphim Ribeiro
- Guilherme Mateus Moma
- João Francisco Marcelino
- Joice Botelho Silva
- José Manuel dos Santos
- Lilian Silvana Minho Zanetta
- Luciana Cardoso de Souza
- Luciane de Jesus Mineiro de Lima
- Lusilene da Rocha Alves
- Manuel Dungula Samaiata Chivinga
- Manuel Paulo Chamorro
- Marcelene Belisse Pazo
- Maria de Lourdes Ferreira da Silva
- Mario Adelino Miranda Guedes
- Mirella Clereci
- Moizes Antonio dos Santos
- Orlaneide Ferreira Santos Diamante
- Renato Souza de Oliveira Carvalho

Indexadores:



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Parceiros:

